



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7409 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT09 - Trabalho e Educação

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: A FORMAÇÃO PARA O MUNDO SEM TRABALHO?

Rosemayre Alvaia Pinho Costa - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Ruy José Braga Duarte - UFBA-MPED – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: A FORMAÇÃO PARA O MUNDO SEM TRABALHO?

1 INTRODUÇÃO

A desconstrução do Estado brasileiro e a reestruturação produtiva a partir do final do século XX, instituem um cenário socioideológico complexo que acirra, a partir do século XXI, o embate entre o “desenvolvimento social progressista” e o “desenvolvimento econômico neoliberalista”, com desdobramentos sistêmicos na sociedade ameaçada em seus preceitos democráticos.

No âmbito educacional, as políticas subsumidas às determinações do capital e ordenadas por leis e reformas ora ambíguas, ora autoritárias, acentuam as bases excludentes e dicotômicas do ensino médio na educação profissional (EP), impondo aos jovens, em particular das classes populares, um lugar social circunscrito entre os polos do trabalho ou da intelectualidade, para atender às demandas do mundo da produção e circulação capitalista.

Nesse contexto, enfatizam Moura, Garcia e Ramos (2007, p.6)

A discussão sobre as finalidades do ensino médio deu centralidade aos seus principais sentidos – sujeitos e conhecimentos – buscando superar a determinação histórica do mercado de trabalho sobre essa etapa de ensino, seja na sua forma imediata, predominantemente pela vertente profissionalizante; seja de forma mediata, pela vertente propedêutica. Assim, a política de ensino médio foi orientada pela construção de um projeto que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia.

Assim, para retomar, a centralidade no sujeito social, e priorizar na produção de conhecimentos os princípios educativos na perspectiva omnilateral^[1], faz-se necessário

desvelar a concepção de trabalho que subsidia o projeto de educação integral da EP e as práticas pedagógicas para a formação dos trabalhadores, nesta modalidade de ensino tão disputada pelas forças políticas e econômicas.

A reflexão crítica neste resumo, engendra o objetivo central do projeto de educação profissional (EP) de nível médio da Bahia e está diretamente relacionada ao sentido da formação de sujeitos históricos para o mundo do trabalho, que incita indagar: Que concepção de mundo e de trabalho direciona a formação profissional da classe trabalhadora?

Busca-se entender o trabalho concreto nesse contexto dinâmico e essencial das relações entre a base material dos sujeitos sociais (estrutura) e a ideológica (superestrutura), como categoria central para a apreensão da correlação das forças produtivas na situação histórica, suas implicações na aquisição e produção de conhecimentos, e seu reducionismo ao “emprego” a partir dos processos formativos, que impacta diretamente na vida do estudante trabalhador e sua inserção no mundo produtivo.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: UM PROJETO DE FORMAÇÃO EM MÚLTIPLAS DIMENSÕES

A partir da década de 1990, desvelam-se traços do capitalismo brasileiro pela proliferação dos valores de mercado, pelo incentivo ao individualismo e concorrência, e pelo impulso produtivo e ideológico toyotista. Um modelo de produção que exige um estado mínimo e uma educação de baixa qualidade, impondo uma visão pragmática e utilitarista de mundo, e evidenciando o papel estratégico da formação dos trabalhadores.

A Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) vigente, institui uma mudança de compreensão do ensino profissionalizante tecnicista para a educação profissional articulada com a educação básica, onde “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (Brasil, 1996).

Configura-se em torno da dualidade histórica do ensino médio, um cenário político de avanços e retrocessos, demarcado de forma paradoxal, pelos decretos: 2.208/1997 que desvincula a EPT da educação básica; e o 5.154/2004 que o revoga, normatizando e retomando a articulação entre educação profissional e ensino médio regular como um projeto inclusivo e integrado.

No entanto, a EP é respaldada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio que institui como finalidade de seus cursos “proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, socio-históricos e culturais” (Brasil, 2012).

Nesse panorama de projetos educativos em disputa, dispõe-se de forma autoritária a Lei 13.415 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, efetiva a fragmentação do ensino médio considerando a educação profissional como itinerário formativo, e reduz o sentido da formação integral a partir da instituição da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (Brasil,2017).

Envolta a esse movimento histórico, a reformulação da Educação Profissional (EP)

técnica de nível médio na rede estadual da Bahia, a partir de 2007 sob a coordenação da Superintendência de Educação Profissional (Suprof) até 2016, caracteriza-se pela definição de uma política pública sintonizada com o governo progressista nacional e com as ações contra-hegemônicas dos movimentos sociais, em particular os dos trabalhadores.

2.1 A DIMENSÃO TRABALHO NA EP DA BAHIA

A EP na rede estadual da Bahia [2] é fundamentada com elementos da politecnicidade [3], para construção de uma formação em múltiplas dimensões, emancipatória com inspiração freiriana e gramsciana. Trata-se de um projeto de educação integral com o trabalho como princípio educativo, a pesquisa e a intervenção social como princípios pedagógicos, “e a relação trabalho-educação-desenvolvimento & sócio-econômico-ambiental & ciência-tecnologia-sociedade como base da matriz curricular” (Bahia, 2015). Com um currículo integrado e uma matriz articulada, objetiva o amplo desenvolvimento dos jovens.

De acordo com Ramos (2005, p.116), “O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistemas de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar e compreender”. Nessa direção, a organização curricular na EP da Bahia, especialmente no que se refere à matriz curricular [4] para sistematização da práxis pedagógica, se dispõe:

Art. 1º A matriz curricular dos Cursos de Educação Profissional, referenciados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, nas diversas modalidades, deverá **contemplar todas as disciplinas da Base Nacional Comum, as disciplinas da Parte Diversificada/Formação Técnica Geral e da Parte Profissional/Formação Técnica Específica** de acordo com o curso profissional técnico adotado. § 1º A Formação Técnica Geral caracteriza-se por **um conjunto de conhecimentos de caráter sócio-técnico relativos ao trabalho, que perpassam todas as áreas de ocupação e que são necessários para qualquer tipo de inserção no mundo do trabalho (assalariado, de forma autônoma ou por meio da economia solidária)**. § 2º A Formação Técnica Geral, **enquanto estratégia metodológica de integração de conhecimentos no currículo e abordagem e/ou introdução ao mundo do trabalho**, deverá ser utilizada nos currículos integrados como conhecimentos-ponte entre a formação geral (Educação básica) e a formação específica, que pode ser concebida na forma de arcos ocupacionais. § 3º A Formação Técnica Específica - FTE contempla o conjunto de conhecimentos e práticas indispensáveis para a inserção dos educandos/as nos conhecimentos e técnicas inerentes à sua formação profissional, devendo **dialogar com a Base Nacional Comum e a Formação Técnica Geral, propiciando aos educandos/as a qualificação sócio-técnica necessária à atuação no Mundo do Trabalho**. § 4º As unidades escolares que oferecem educação profissional devem obrigatoriamente contemplar, nas disciplinas ofertadas, a revisão dos conteúdos do ensino fundamental e/ou médio necessários para a aprendizagem dos novos conhecimentos. (Bahia, 2009. grifo dos autores)

Percebe-se uma articulação de conhecimentos entre formação geral, técnica e politécnica para apropriação de potencialidades que possibilitam a compreensão da sociedade a partir da relação interdisciplinar que oferece as condições de transformação da realidade. Assim, esta formação, com o trabalho na perspectiva da produção humana, como princípio educativo “permite concretamente, a compreensão do significado econômico, social histórico, político e cultural das ciências e das artes” (Ramos 2005, p.109).

Não obstante, a proposição de uma formação humana integral pressupõe uma

formação ampla sem alienar os sujeitos históricos das ricas produções elaboradas pela humanidade, inclusive a concepção ontológica de trabalho, que, no sentido marxista, relaciona o homem e a natureza externa e interna. Engloba as diversas atividades de produção da existência e sobrevivência humanas, sua função social e os processos educativos que lhes conferem sentido e valor de uso no mundo. Não se reduz à atividade laborativa ou ao emprego, pois se refere “à produção de todas as dimensões da vida humana” (FRIGOTO, 2005, p. 59).

Quanto aos conhecimentos, antevê-se, que reduzir a concepção de trabalho na perspectiva estritamente mercadológica, e a formação de sujeitos trabalhadores a instrumentalização operacional prescrita pela fragmentação de saberes e aprendizagem de competências com a subtração de aspectos subjetivos complexos, evidencia um processo de expropriação utilitarista pela atribuição de valor de troca à existência humana.

Quanto aos sujeitos, ampliando o debate Ferreti e Silva Júnior (2000) afirmam

Tanto a educação profissional básica, como o ensino médio, em seus documentos de políticas, buscam produzir uma contradição na formação do educando – por um lado o fazem sujeito de seus fracassos e sucessos em relação ao trabalho e à ascensão social; de outro, omitem-lhe todos os condicionantes históricos e sociais que contribuem para seu fracasso ou seu sucesso. Trata-se da naturalização do atual momento de organização, cujo arranjo do modo de produção capitalista está operando a construção de um novo sujeito. (p. 51)

Ao referenciar as contradições na formação, os autores revelam outros impactos diretos na vida do educando nesse processo de mercantilização da educação que requisita um sujeito trabalhador polivalente, individualista e alienado. Um sujeito responsabilizado nos termos de condicionantes do capital humano, em função de ciclos econômicos da exploração humana. Sujeitos transformados em “exército de reserva disfuncional à acumulação capitalista como sendo uma ‘massa marginal’ de trabalhadores” (RAMOS, 2005, p. 71). Urge, portanto a necessidade de estornar o sentido estruturante do trabalho e do próprio trabalhador.

2.2 A DIMENSÃO MUNDO DO TRABALHO NA FORMAÇÃO

Diante da concepção de mundo cada vez mais fracionada pela lógica do capital, abarcamos o mundo do trabalho onde se desenvolvem, na totalidade, as forças produtivas, incorpora os modelos de sistematização e organização do trabalho, suas contradições históricas e suas interfaces com o sujeito trabalhador.

Para formar os jovens, sujeitos históricos, para o mundo do trabalho, apreendemos o mundo que se apresenta como o contraponto do mercado, onde o trabalho é consubstanciado pelo valor de troca, portanto abstrato, torna-se mercadoria e meio de exploração da força do trabalhador (Marx, 2017).

Assim explica Antunes (2011):

[...] não há uma tendência generalizante e uníssona, quando se pensa no mundo do trabalho. Há, isto sim, como procuramos indicar, uma processualidade contraditória e multiforme. Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, sub contratado etc. Se é possível dizer que a primeira tendência – a intelectualização do trabalho manual – é, em tese, mais

coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico, a segunda – a desqualificação – mostra-se também plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista. (p. 62)

Nessa direção, sob as relações do capitalismo o mundo se reduz a mercado e sua lógica restringe o trabalho enquanto ocupação, como emprego para exploração da mais-valia ligado ao desenvolvimento econômico sem considerar os aspectos sociais que o permeiam, e dita formas desumanas de inserção no mundo produtivo para os jovens em formação.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa bibliográfica e de marcos legais da educação realizada, fornecem evidências que possibilitam uma análise crítica do real, e desvela um cenário complexo, onde a formação para o mundo do trabalho proposta na EP da Bahia aponta a direção politécnica, intelectual e ética para um sistema educacional referenciado socialmente e mediado pelo trabalho, que não deve se limitar a reprodução da lógica dominante, mas sim servir como meio de resistência, ruptura e transformação.

Na lógica hegemônica dos índices utilitaristas ressalta-se que o Brasil registra 11,8 % de desocupação, sendo 16,1% no Nordeste (IBGE, 2020), números acima de sujeitos. Naturalizam-se informações que diluem a ideia de mundo do trabalho diante dos interesses capitalistas, e no mundo reduzido a mercado, centrado no trabalho abstrato, precarizado, enfatiza-se que “ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos” (Antunes 2020, p. 27).

As políticas de inserção social, em particular as políticas de formação e qualificação profissional de jovens das classes populares, tendem a absorver a sociedade do conhecimento e pedagogia das competências, disseminam o sentido multifacetado da polivalência e o caráter empreendedor nos processos educativos caracterizados por formações aligeiradas e impregnadas de ideologias alienantes.

Nessa direção, a EP da Bahia, com seus avanços e retrocessos administrativos, políticos e pedagógicos ainda indica o trabalho como princípio educativo. Consolida-se como uma possibilidade real no ensino público, de qualificar em múltiplas dimensões os jovens trabalhadores. A fim de superar a função formativa como produção de competências e cultivo de habilidades a partir de perfis ocupacionais predeterminados, forma sujeitos no mundo com valores para o trabalho que humaniza e não para novas formas de escravidão.

4 CONCLUSÃO

O sentido do trabalho no mundo se dá pelo trabalhador. Conceber o trabalho como produção dinâmica da vida em todas as dimensões sempre em movimento, para além do ato adestrado por competências que alimenta o capital em sua necessidade de acumulação, ressalva o caráter histórico e omnilateral da formação integral proposta na Educação Profissional da Bahia.

A educação que forma o sujeito para reproduzir atitudes e comportamentos estabelecidos em um campo de labor como objetivação causal do agir prescrito, o condena a uma existência servil, à invisibilidade humana restrita aos ditames pragmáticos do capital.

O trabalho, no capitalismo, tem sua forma mais alienada e deve ser superada pela

classe trabalhadora. Importa, portanto conceber o mundo como espaço tempo de existência para a apropriação dos bens construídos historicamente mediada da pelo trabalho e articulada entre ciência, tecnologia e cultura para o desenvolvimento amplo e progressivo de sujeitos sociais, como ponto de partida para que o trabalhador se reconheça e se reinvente no próprio trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BAHIA. Secretária de Educação. Superintendência de Desenvolvimento da Educação Profissional. Home page. Salvador, 2015a. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/supprof#>. Acesso: 7 jan. 2020.

BAHIA. Instrução Normativa nº 003, de 30 de julho de 2009. Dispõe sobre as orientações para a Organização Curricular, especialmente no que se refere à matriz curricular, no âmbito da Educação Profissional Educação Profissional da Bahia. In: Trabalho, Educação e Desenvolvimento. Legislação básica 2010/2011. Disponível em: [file:///C:/Users/rosemayre.costa/Downloads/legislacao%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/rosemayre.costa/Downloads/legislacao%20(1).pdf) Acesso:02/09/2020

BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional e institui a política de fomento a implantação de escolas de ensino médio em tempo integral. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Brasília, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Brasília, Seção 1, p. 229, 22 dez. 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 23877, 23 dez. 1996.

Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Saete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

FERRETTI, Celso; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Educação Profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 109, p. 43-65, 2000. ISSN 1980-5314. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742000000100003>

FRIGOTTO Gaudêncio; CIAVATTA Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD contínua.** Séries históricas: IBGE, Desemprego. Disponível em [:https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php](https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php) Acesso 25/08/2020

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da Politecnia**. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro , v. 1, n. 1, p. 131-152, Mar. 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000100010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 09 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>.

Palavras – chave: Trabalho; Educação Profissional; Mundo do trabalho.

Termo que vem do latim e cuja tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. (Frigotto, 2012, p. 267)

[2] Referencia-se a Educação profissional técnica de nível médio da rede estadual da Bahia reestruturada sob a coordenação da SUPROF de 2007 a 2016.

[3] Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. (Saviani, 2003, p.140)

[4] Matriz curricular da EP da rede estadual da Bahia conformada pela Instrução Normativa 003/ 2009 unificada em 2012, vigente até 2016.